

## Editorial 146 – Afinal o que cresce na agricultura?

**Por: Heitor Carvalho**

### Os dados do INE relativos a 2025

Em quantidades (volume), o produto da APS (agricultura, pecuária e silvicultura) apresenta uma variação de 3,8%, o que representa um crescimento *per capita* ligeiramente positivo. Face a 2022, a produção aumenta 13,1% a um ritmo médio anual de 3,1%, com um *per capita* negativo! Portanto, não se observam ganhos de produtividade em volume!

Em valor deflacionado, observa-se uma variação de 22,0%. Face a 2022, os rendimentos reais aumentam 52,3% a um ritmo de 11,1% por ano!

Crescendo as quantidades quase em linha com a população, os preços deveriam manter-se próximos da inflação. A única explicação plausível para este comportamento dos preços é o condicionamento das importações. Estando os produtores excessivamente protegidos da concorrência externa os preços tendem a colar-se aos dos piores produtores e não há incentivo para a melhoria da competitividade. Esperemos que o aumento da concorrência interna possa pressionar os preços para baixo, mas seria de todo aconselhável rever esta política, usando a produção externa como forma de pressionar os preços agrícolas. Outra hipótese, talvez mais plausível, é a de que os números do VAB nominal do INE estejam empolados!

No último ano, os rendimentos reais por volume situam-se 17,5 p.p. acima da inflação, ou seja, a inflação nos preços agrícolas foi de cerca de 33%? Relativamente a 2022 os preços dos produtos agrícolas, cresceram 35 p.p. acima da inflação média do período, ou seja, os preços cresceram 55%? Estes números estão claramente desfasados da realidade!

A produção *per capita* anual da APS mantém-se quase estagnada face a 2022, com uma variação de -2,1% em 2023, um crescimento de 0,5% em 2024 e de 0,7%, em 2025 e um crescimento médio de 3,1%. O crescimento corresponde aproximadamente ao aumento de número de braços a trabalhar da mesma forma pouco eficaz. De acordo com o INE, na agricultura, a única coisa que sobe verdadeiramente são os preços!

### A aposta na APS

A agricultura tem bastante potencial, devido à existência de água e terra arável disponível. Além disso, encontra-se num nível muito baixo de produtividade, permitindo crescimentos rápidos.

No imediato, a melhor forma de desenvolver a produção agrícola é o escoamento eficiente da produção: a simples existência de pequenos comerciantes dispersos pelo mundo rural, que levem as enxadas, catanas, adubos, sementes, etc., e comprem a produção agrícola, e de estradas de terra batida em condições razoáveis de utilização, permitiria um crescimento imediato significativo.

Portanto, promover o pequeno comércio rural é prioritário para o desenvolvimento imediato da APS. Acresce que este comércio, que foi sistematicamente perseguido ao longo de 50 anos, precisa de fortes incentivos materiais e morais para se reestabelecer, mas é o único que proporciona aos camponeses a única forma de crédito que compreendem facilmente: recebo 1 enxada e fico a dever  $x$  sacos de feijão.

Contudo, o nível de produtividade que é possível alcançar com a agricultura tradicional é extremamente baixo. Para alcançarmos os níveis de produtividade da nossa região, precisamos de aumentar rapidamente o número de explorações agrícolas empresariais. Para que novos produtores, com elevados conhecimentos do negócio e das técnicas agrícolas, possam ser atraídos, é fundamental resolvermos o problema do acesso à terra e da segurança jurídica. Sem a alteração da lei de terras, permitindo a livre aquisição (não cedência) dos direitos de terras e a sua livre comercialização, não haverá novos investimentos significativos na nossa agricultura. Se os investimentos possíveis têm de passar pelas relações pessoais no ministério e administrações locais, atraímos empresários “políticos” e não empresários conhecedores.

Alterar a Lei de terras não viola os princípios constitucionais: a terra continua propriedade do Estado, as comunidades serão mais bem protegidas com títulos onde esteja claramente impedida a sua comercialização, e o livre comércio de direitos de exploração com fins lucrativos permitirá uma distribuição eficiente dos recursos que hoje não existe.

Outro problema grave é a segurança contra roubos e destruição de colheitas, nomeadamente através de queimadas, o que deve ser enfrentado com urgência, punindo exemplarmente os infractores, mas, que, infelizmente, não tem apresentado evolução visível.

É necessário combater o custo excessivo de muitos insumos, antes de mais, criando concorrência entre os importadores, mas, se necessário, subsidiando a venda a preços mais reduzidos, através do OGE, e promovendo a sua produção interna (será mais cara, mas reduz o risco cambial, a pressão sobre a taxa de câmbio e a incerteza). O bloqueio do estreito de Ormuz está a criar um grave problema para os fertilizantes, o que advoga em favor de uma maior produção interna. Contudo, se fosse possível dar o apoio do OGE apenas na fase de comercialização, garantir-se-ia que um volume crescente de produção entraria efectivamente no circuito comercial interno e haveria maior equilíbrio entre as fazendas e os camponeses, que usam menos insumos.

Uma das formas de promover o crescimento agrícola é estabelecer preços mínimos garantidos, operacionalizados pela REA com fundos do Ministério da Agricultura, garantindo o interesse dos agricultores em produzir mais, uma vez que há a garantia de escoamento da produção a um preço que assegura um ganho mínimo. Infelizmente, este projecto parece estar, no essencial, inoperacional!

Para desenvolver o empresariado nacional, necessitamos de melhorar o conhecimento agrícola e a sua divulgação, o que pode ser feito por imitação dos estrangeiros que pudermos atrair e pela retoma, em simultâneo, da capacidade de criar e desenvolver conhecimento das nossas escolas, que já foram referência africana. A colaboração das escolas com as fazendas e destas com os camponeses da região (fazendas âncora) permitirão dispersar o conhecimento e aumentar a produtividade de todos os subsistemas. É um trabalho que começou a ser feito no início desta legislatura e que tem apresentado bons resultados, como teste. Contudo, o seu efeito geral é muito reduzido, sendo necessário expandir rapidamente estas experiências com investimento estatal nas escolas, apoio do OGE ao serviço público das fazendas âncora e, sobretudo, aumentando rapidamente o número de explorações agrícolas empresariais.

O crédito e seguro agrícolas são importantes para o desenvolvimento do empresariado agrícola, podendo haver algum envolvimento do OGE; mais vale dar algum dinheiro a fundo perdido e bonificar o crédito ligado à efectiva colocação no mercado de mais produção, do que criar potenciais perdas mal documentadas, criando uma bolha de

crédito malparado, que poderá rapidamente transformar-se num real aumento da incerteza e do risco que comprometam o futuro do crédito agrícola.

Não nos esqueçamos que a produção agrícola é subsidiada em todo o mundo e, concordemos ou não com o sistema, não temos força para o alterar. A nossa única solução para termos uma agricultura competitiva é subsidiar, pelo menos ao nível da mediana dos nossos concorrentes!

O principal potencial da agricultura é o desenvolvimento do restante agro-negócio, não subsidiado e grande criador de valor. Incentivos do OGE às pequenas indústrias de transformação do produto agrícola, ao desenvolvimento do conhecimento agrícola e ao comércio interno e internacional da produção agrícola permitirão que o agro, como um todo, possa ser criador de valor, anulando, em agregado, os subsídios necessários para o sucesso da agricultura.

\* Excerto adaptado do Relatório Económico Anual de 2025 do CINVESTEC.